

Programa 1

Educação e trabalho na perspectiva do desenvolvimento

Desenvolvimento, trabalho e educação de jovens e adultos

Sonia Maria Portella Kruppa 1

Trabalho e educação são vistos como necessários ao desenvolvimento. Dois brasileiros se destacaram nas proposições das transformações necessárias ao efetivo desenvolvimento do país. Para Paulo Freire, se a escola por si só não é capaz de transformar a situação social, não haverá transformação social sem a escola. Para Celso Furtado, medidas econômicas são centrais ao processo de desenvolvimento, mas insuficientes para a efetiva transformação social, que demandaria outras medidas de cunho social e cultural.

O desenvolvimento é um tema recorrente na literatura econômica. Inúmeros autores dedicaram suas obras ao entendimento de seus determinantes, das suas conseqüências sociais e das diferentes trajetórias históricas para se atingir o estágio de “país desenvolvido”. Como conseqüência desta pluralidade, existem várias interpretações do processo histórico de desenvolvimento e crescimento econômico e, conseqüentemente, várias sugestões de políticas para promovê-los.

Este texto baseia-se nas idéias de Celso Furtado, Paul Singer e Ladislau Dawbor, cujos textos encontram-se indicados na bibliografia. Procura discutir: (1) a diferença entre crescimento e desenvolvimento; (2) as definições de desenvolvimento capitalista e de desenvolvimento solidário; (3) o que fazer para levar o desenvolvimento às comunidades pobres e (4) o papel da Educação de Jovens e de Adultos (EJA) nesse processo. No enfrentamento ao desafio de construir o desenvolvimento, as ações sugeridas neste texto propõem a participação integrada dos governos locais, dos outros níveis de governos, de outras instituições da sociedade civil e das comunidades.

1. A diferença entre crescimento e desenvolvimento

Durante muito tempo e de forma equivocada, foram usados os conceitos de crescimento e desenvolvimento com o mesmo sentido, ou seja, o de que o crescimento promovia o desenvolvimento. Mas a análise de países da América Latina, Ásia e África e, especialmente do Brasil, demonstra empiricamente que este processo não ocorre e que o aumento da atividade econômica é, muitas vezes, coincidente com a manutenção de baixos índices de bem-estar social para grande parte da população.

Celso Furtado, falando ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, indicou, de forma breve e clara, a diferença entre crescimento e desenvolvimento:

“O desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo. Quando se fala desenvolvimento se introduz o social e o político. Assim, pode-se ter crescimento econômico bastante forte, como o Brasil teve durante 30 anos seguidos, com crescimento de 7% ao ano, com pouco ou quase nulo

desenvolvimento, porque o sistema, a estrutura do sistema, não favoreceu a abordagem dos problemas sociais. O ponto certo para dar partida a uma política de governo é distinguir desenvolvimento do crescimento. Não estar contra o crescimento, pois ele é essencial também, mas saber que você pode ter crescimento sem desenvolvimento. No Brasil, isto aconteceu porque prevaleciam os interesses dos grandes centros capitalistas. Era o caminho para concentrar renda, criar os mercados para os supérfluos, portanto isto favorecia os interesses de certos setores da sociedade privilegiada. O Brasil, durante 30 anos, foi o país que mais cresceu no mundo e ao mesmo tempo foi o que mais concentrou renda (Furtado, 2004).

Depreende-se da fala de Celso Furtado que o desenvolvimento exige o enfrentamento das questões sociais, da educação, do trabalho da distribuição de renda, entre outras. Crescimento tem um sentido econômico de aumento da riqueza geral do país, mesmo que isto seja feito sem uma distribuição mais justa dessa melhoria ao conjunto dos brasileiros. De fato, é de triste lembrança uma frase dos anos 70, do então Ministro Delfim Neto, sobre os rumos que a economia apresentava: “primeiro é preciso crescer o bolo, para depois, reparti-lo”. O que Furtado chama atenção é que esse bolo de fato cresceu, mas não foi repartido.

2. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário

Para distinguir entre si os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento é preciso análise mais acurada do que é desenvolvimento capitalista, expressão usada muitas vezes como sinônimo de crescimento econômico.

Segundo Singer, o desenvolvimento capitalista se baseia na propriedade privada do capital, da qual a grande maioria do povo trabalhador está excluída. Se assim não estivesse, os trabalhadores não se sujeitariam, provavelmente, a trabalhar como assalariados e, pior ainda, a permanecer desempregados. O modo de produção capitalista divide a sociedade, em que predominam, em duas classes (além de outras) antagônicas: os proprietários do capital e os seus empregados. São os primeiros que mandam em suas empresas e por isso conduzem o desenvolvimento de acordo com os seus interesses. As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica. A forma como estas decisões afetam os trabalhadores, as outras empresas e os consumidores das mercadorias não é levada em consideração.

A mola que impulsiona o desenvolvimento capitalista é a concorrência entre os capitais privados pelo domínio dos mercados em que atuam. Nesta luta, a superioridade técnica é um dos elementos determinantes da competitividade. Por isso, as empresas capitalistas investem muito em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Embora, ao fazerem isso, as empresas visem apenas ao lucro, elas acabam possibilitando persistente avanço do conhecimento científico. Por conseqüência, o desenvolvimento, entendido como processo de fomento de novas forças produtivas, é cada vez mais intenso. Estamos, agora, no meio de nova revolução industrial, a terceira desde o século XVIII, e ela continua a ser impulsionada pelas empresas capitalistas, sobretudo as de grande porte.

O desenvolvimento capitalista, encarado a partir de uma perspectiva histórica, produziu incessante melhora do nível de vida não só dos capitalistas, mas também de grande parte da classe trabalhadora. Isso ocorreu por causa da

conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores, sobretudo, pelas mulheres e, na verdade, por toda população considerada adulta. A persistente queda da mortalidade geral e infantil é um indicador seguro desta melhora que, sem dúvida, apresenta muitos outros aspectos, dos quais o ‘consumismo’ é dos mais controvertidos. O que não nega o caráter progressista do desenvolvimento capitalista, apesar de seus efeitos perversos sobre os explorados e ainda piores sobre os que não o são, por falta de emprego. Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos.

Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele, tendo em vista que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias), além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros, e dentro dos países, em certas áreas e não em outras. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados.

Para Singer, a desigualdade gerada pelo capitalismo levou desde sempre a reações contrárias por parte dos trabalhadores. Assim, a economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim, desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária tem como propósito tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

O desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados. Os empreendimentos solidários ou de pequeno porte tendem a adotar a defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores e a opor-se a tecnologias que podem ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor e/ou a autonomia dos produtores associados e individuais.

3. O que fazer para levar o desenvolvimento às comunidades pobres

Para Singer, as comunidades pobres podem ser classificadas pelo seu grau de integração ao mercado global. Há as excluídas desde há muito tempo e que vivem em economia de subsistência, de forma quase auto-suficiente, como os remanescentes de quilombos, por exemplo. E há as recém-excluídas, como o cinturão da “ferrugem” (a região do ABC, São Paulo, p. ex.) cujos moradores foram empregados de indústrias, que encolheram ou desapareceram em função da abertura do mercado interno e do progresso tecnológico. Estas últimas comunidades sobrevivem com

rendas precárias, nas formas de auxílio a desempregados e aposentadorias dos mais velhos. Enquanto as primeiras são pobres porque não ganham o dinheiro que precisariam para comprar no mercado exterior (à comunidade) bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas, as últimas sofrem pela ociosidade de muitos membros e pela insuficiência das transferências de renda. Muitas comunidades pobres se encontram entre estes dois extremos. Elas conseguem vender ao exterior produtos artesanais, extrativistas, de origem vegetal e animal etc. mas que alcançam preços baixos, porque sua oferta tende sempre a superar a demanda por larga margem. São muitos os pobres que vivem da venda de produtos, que em geral são adquiridos por uma elite cultural relativamente pequena. O desequilíbrio gerado pela oferta sempre bem maior que a demanda gera a baixa remuneração dos que vivem deste tipo de produtos.

Segundo Singer, desenvolver uma comunidade pobre é aumentar-lhe a renda com a qual possa adquirir bens e serviços vendidos fora dela. Segundo ele, a única maneira não casual nem ilegal duma comunidade pobre aumentar o dinheiro que seus membros ganham é vender para fora mercadorias mais caras, em quantidades crescentes, sem que o seu preço caia (ao menos no curto prazo).

Assim, para que a comunidade se desenvolva:

1. É preciso que a comunidade encontre uma brecha de mercado que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione ‘boa remuneração’. Esta brecha pode ser criada mediante (a) acentuada melhora da qualidade de produtos tradicionais, (b) invenção de produtos novos ou seminovos, (c) detecção de demanda nova ou em forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir, ou ainda (d) a aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas (para poder vender os seus produtos mais barato). Comunidades, principalmente no Nordeste e Norte, desenvolveram carnavais fora de época, festivais religiosos, folguedos tradicionais etc. que atraem grande número de visitantes, e com o que os visitantes gastam, as pessoas dessas comunidades conseguem aumentar a sua renda monetária. Na medida em que esta opção depende apenas de inventividade e capacidade administrativa, ela está sempre disponível. Outras comunidades se desenvolvem à base dos chamados “arranjos produtivos locais”, que são muito variados. A maioria dos produtos já tem a produção ou a distribuição concentrada em determinadas localidades, o que torna arriscado tentar criar um novo arranjo produtivo local. Mas o incessante progresso tecnológico cria novos produtos, alguns com demanda em rápida expansão. São exemplos recentes o celular, o DVD, o patinete, o equipamento para surf, para pesca submarina, para outros esportes de alto risco e assim por diante.

2. É preciso que haja articulação produtiva dos recursos existentes. Daí a importância da participação do poder público local. Esta articulação não se obtém por decreto, e sim através da organização sistemática de programas de apoio, da criação de uma rede de sustentação das inúmeras iniciativas locais que contribuem para dinamização do desenvolvimento. Certamente a população organizada tem importante papel nesse sentido. Em localidade onde existe a prática de orçamentos participativos é importante que a exigência dessa integração seja levada pela população aos representantes do poder público local.

3. É preciso que essa articulação seja acompanhada de um amplo processo formador. Para Singer, cabe aos chamados agentes de desenvolvimento abrir à comunidade o leque de alternativas de desenvolvimento disponíveis e deixar que a comunidade faça sua escolha, uma vez que o processo de desenvolvimento requer um relacionamento integrado entre a comunidade e os profissionais que estamos denominando ‘agentes de desenvolvimento’. Estes representam bancos públicos, serviços públicos (como o SEBRAE ou o SESCOOP), agências de fomento da Economia Solidária, ligadas à Igreja, sindicatos ou universidades, movimentos sociais e também educadores de jovens e adultos comprometidos com esta proposta. A missão inicial dos agentes é levar à parte da comunidade, mais esclarecida ou mais inconformada com a situação, a consciência de que o desenvolvimento é possível pelo esforço conjunto da comunidade, amparado por crédito assistido e acompanhamento sistemático daqueles que apóiam esse esforço, o que é chamado de incubação, e que pode e deve contar, como um de seus procedimentos, com a ação pedagógica da EJA, desde que seus conteúdos voltem-se e se aliem a esse desafio.

4. Como a Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para esse processo

A comunidade aprende. Essa afirmação traz grandes implicações à Educação de Jovens e Adultos, que não pode ser confinada a programas estanques de escolaridade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um projeto cultural que pode e deve se comprometer com o processo de busca de desenvolvimento pois, como advertiu Paulo Freire, se a educação não pode sozinha transformar a vida, a transformação da vida não se fará sem ela. Além do mais, é fato notório que as razões de sobrevivência são uma das causas principais da evasão dos alunos de EJA da sala de aula. Propõe-se, então, que educadores e alunos de EJA mergulhem suas atividades num processo voltado ao mundo do trabalho e às modificações das condições de vida necessárias ao desenvolvimento, que deve ser levado a toda a comunidade na qual se insere a escola. Obviamente isso supõe mudanças nos tempos e organização escolares que precisam ser tomadas como desafio pelos educadores².

Para Singer, a etapa inicial do processo de desenvolvimento de uma comunidade pobre, que envolve a busca da atividade econômica a ser implantada e/ou desenvolvida, não deve ser abreviada, pois nela se dá um aprendizado essencial, que deve ser de todos, dos mais e dos menos instruídos, das mulheres e dos jovens e dos homens e dos velhos, dos desinibidos que falam bem e dos tímidos que não ousam levantar a voz.

Os conteúdos indicados por Singer voltam-se para aprendizagens de como a economia de mercado funciona, ou melhor, de como nós interpretamos o seu funcionamento e, também de como se discutem alternativas e se tomam decisões democraticamente. Estes aprendizados são imprescindíveis para que o desenvolvimento não degenere, com a perda de seu caráter democrático e solidário.

Trata-se de um processo prático, pois que realizado no enfrentamento dos problemas reais que essa busca exige e que irão se colocando na medida em que o processo caminha. Nessa evolução, instituições deverão surgir, às quais as salas de EJA devem se integrar e/ou se relacionar, posto que se espera que a comunidade se organize para promover o seu desenvolvimento em assembléia de cidadãos, comissões para diferentes tarefas, empresas

individuais, familiares, cooperativas e associações de diferentes naturezas. O poder público local poderá se associar ao processo e se fazer representar, quando necessário, em comitês mistos públicos-privados.

Mas, como ressalta Singer, trata-se de transformar toda a comunidade num espaço educador. É vital o levantamento das informações relevantes sobre os mercados – locais, regionais, nacionais ou mundiais – cogitados pela comunidade para se especializar. A própria comunidade deve se capacitar no manejo e interpretação das informações, pois, do contrário, ela terá de se conformar com as propostas e recomendações dos agentes de desenvolvimento. Aí também se destaca o grande papel dos educadores. O relacionamento entre a comunidade e os agentes deve se tornar crescentemente igualitário, mediante a contínua troca de saberes. Nesta troca, os membros da comunidade recebem ensinamentos e os oferecem aos agentes, num processo de educação política mútua. Os professores de EJA como agentes de desenvolvimento e igualmente com outros representantes da comunidade terão de ser preparados para sua tarefa árdua e, ao mesmo tempo, delicada. Para Singer, o ideal é que a preparação se faça em equipe, composta por profissionais ligados a diversas entidades.

Os conhecidos estudos do meio, nos quais os educadores da EJA definem os temas geradores com base nos ensinamentos de Paulo Freire, são a metodologia adequada, ao possibilitarem conhecimento teórico entremeado por idas à comunidade, onde os problemas reais levantam novos temas a serem destrinchados depois em novo estudo teórico.

A formação profissional deve acompanhar o processo de implementação da atividade escolhida e pode, por esse procedimento, evitar o erro clássico freqüente na educação profissional e apontado por Dawbor em diversas instituições de formação: formam-se contadores, torneiros, marceneiros, mas não se ensina como gerar uma atividade nova e nem se dinamiza o emprego local correspondente, fazendo com que essa formação apenas gere um desempregado com certificado.

Para Singer, no interesse da autonomia das comunidades, o desenvolvimento comunitário deveria ser deixado para a iniciativa das autoridades municipais e estaduais. O apoio dos órgãos da União deveria ser coordenado, para evitar duplicação de esforços e disputas por competências e para centralizar a preparação dos agentes de desenvolvimento e a promoção do entrosamento das comunidades na construção de seu desenvolvimento.

De forma complementar, para Dowbor, o que necessitamos é também que cada município tenha um tipo de fórum ou agência de apoio ou de fomento de iniciativas de produção e de prestação de serviços, onde os setores de atividades fins possam se articular com os diversos sistemas de apoio, gerando um processo sinérgico.

Bibliografia

FURTADO, Celso. Gravação apresentada na abertura dos trabalhos da Mesa Redonda "Diálogo Social - Alavanca para o Desenvolvimento", no dia 5 de agosto de 2004, no auditório do Palácio do Planalto, em forma de entrevista ao ministro Jaques Wagner, mimeo.

DAWBOR, Ladislau. Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais, In: <http://www.web-brazil.com/gestaolocal>, consulta realizada em 15 de agosto de 2005.

SINGER, Paul. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? In: <http://www.mte.gov.br>, consulta realizada em 15 de agosto de 2005.

Notas

1- Professora da Universidade de São Paulo. Consultora dessa série.

2- O MST, com essa finalidade, propôs uma série de mudanças nas organizações escolares, alterando, inclusive, os calendários escolares. O mesmo deve ser buscado nas áreas urbanas para atender aos jovens e adultos trabalhadores num projeto voltado para uma proposta de desenvolvimento.

SALTO PARA O FUTURO / TV ESCOLA

WWW.TVEBRASIL.COM.BR/SALTO